

CAPA

ÍNDIOS

O conflito do Parque do Xingu é apenas um entre os muitos que podem explodir no país. Alguns, até mais graves. A maior parte das áreas indígenas ainda aguarda demarcação. Sucedem-se as invasões, os assassinios, as questões levadas à Justiça e, sobretudo, muitas promessas. Os índios estão ficando impacientes. Por isso, já há quem diga:



Cláudia Bastos/14

A guerra não acabou

"**A** çúcar e presentes, essas coisas acaba. Terra não acaba. Então índio tem que brigar senão caraíba toma toda nossa terra." A advertência foi feita pelo cacique Raoni, em 1971. Nessa época, o ministro dos Transportes do Governo Emílio Medici, o agora presidenciável Mário Andreazza, patrocinava um churrasco para empresários, jornalistas e autoridades, transportando-os em 23 aviões para as margens do rio Xingu. Era a forma de comemorar a chegada à região da BR-080 (Brasília—Manaus). Raoni ficou bravo. Mas só agora, treze anos depois, viria a puxar a orelha do ministro. E ficou bravo porque a estrada, que corta o Parque Indígena do Xingu, dividiu parte de suas terras, as mais férteis e ricas para o plantio.

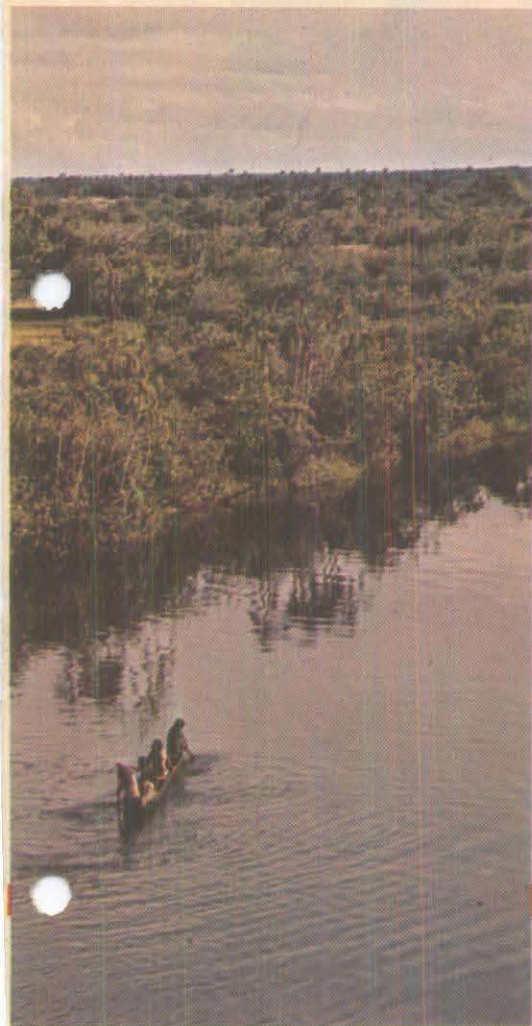
Antes de conseguir puxar a orelha do ministro, no entanto, Raoni fez sua demonstração de força: unidas, as dezesseis tribos que habitam o Parque do Xingu reivindicaram a integração da área desapropriada. Pintados para a guerra, os índios fizeram reféns, aposaram-se de uma balsa, exigiram a de-

missão do presidente da Funai. E acabaram fazendo valer sua voz.

O conflito no Parque do Xingu, no entanto, é apenas um entre os cerca de cinquenta espalhados por todo o país, envolvendo disputa de terras, invasões, chacinas e a morte de onze índios, assassinados durante os conflitos ou por causa deles. Isso não aconteceria — pelo menos nessas proporções, segundo antropólogos — se a Funai cumprisse firmemente seu papel de tutora, dando assistência aos indígenas e garantindo as terras das quais necessitam para viver e às quais têm direito de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto do Índio. A realidade, no entanto, tem sido outra. Segundo levantamento do antropólogo João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional (UFRJ), a Funai ainda não tem sequer o inventário total das terras reivindicadas pelos índios, continuando a caracterizar 11 mil territórios com a rubrica "terras a identificar". Do total de terras identificadas pela Funai — 41 milhões de hectares —, 68% aguardam demarcação. Só 14% da superfície total das terras já

identificadas sofreu demarcação, enquanto apenas 6% das terras já demarcadas foram homologadas por decreto do presidente da República.

Mudança necessária — A nomeação de Jurandy Marcos da Fonseca para a presidência da Funai, no dia 8, e a indicação feita por ele de dois índios para cargos importantes — Marcos Terena para a chefia de seu gabinete e Megaron para presidente do Parque Indígena do Xingu — foram saudadas por antropólogos e indígenas como a chegada da abertura àquele órgão. Paradoxalmente, o mesmo Governo que possibilita essas mudanças retirou da Funai, no ano passado, a responsabilidade de demarcar terras indígenas, subordinando os projetos a um grupo de trabalho composto por representantes dos ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários; determinou por decreto presidencial que em todas as terras indígenas poderão ser realizados projetos de mineração (o que fatalmente vai gerar conflitos); e propôs, no novo Código Civil, que os indígenas passassem de



Antropólogos acham que se errou muito com relação aos índios. Credenciam os poucos acertos à boa vontade dos funcionários da Funai.

“relativamente incapazes” para “absolutamente incapazes”, modificando dessa forma o Estatuto do Índio.

“O episódio do Xingu”, afirmou ao repórter Paulo Sérgio Scarpa o índio Ailton Krenak, da tribo Krenak que habita a região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, “desmoralizou a Funai. Esperamos agora que ela cumpra seu papel de assistir o índio, dando-lhe apoio econômico, ajuda à saúde e à educação. A Funai não deve representar o papel de polícia nem de juiz do índio.” Para ele, o episódio demonstrou “o amadurecimento dos índios, que agora sabem como reivindicar seus direitos”. A maior esperança de Ailton Krenak está, no entanto, num projeto do deputado Mário Juruna (PDT—RJ), que propõe a reestruturação da Funai, criando-se um conselho diretor “composto por pessoas apontadas pelas comunidades indígenas e que sejam reco-

nhecidamente indigenistas e conhecedores da situação do índio no Brasil”, e também um conselho indigenista, integrado por cinco líderes índios, com a função de fiscalizar os atos do conselho diretor. O projeto já foi aprovado pela Câmara Federal e está no Senado.

Decretos: um erro — A antropóloga Carmen Junqueira, coordenadora dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, acha que a mudança do traçado da BR-080 deve ser um dos principais pontos a discutir, agora, entre as lideranças indígenas do Xingu e o Governo. “A questão indígena deve ser questão nacional, que mobilize o interesse de diversos segmentos da sociedade”, diz. Mas não acredita que haja progressos nessa área enquanto “perdurar a capacidade do Poder Executivo de legislar por decreto”. Para ela, quem deve legislar é o Congresso Nacional, onde as questões de interesse do país precisam ser debatidas. Ainda segundo a antropóloga, “a Funai está servindo, nesses seus catorze anos de existência, como cortina

de fumaça, já que pouca coisa foi feita no sentido da preservação das áreas indígenas”. Mas ela faz questão de diferenciar a política indigenista do Governo da atuação de parte dos funcionários da Funai. “Os poucos sucessos conseguidos devem-se à atuação de funcionários localizados em diversas regiões do país.”

Falta muito — Para a antropóloga Carmen Junqueira, os erros foram muitos. O Parque Indígena Aripuanã, criado em 1969 entre Rondônia e Mato Grosso, foi reduzido à metade pela Funai em 1974 para passagem da BR-172; cerca de 2 milhões de hectares, segundo consta da CPI da Terra, na Câmara dos Deputados, foram licitados irregularmente e entregues a quatro empresas colonizadoras. “Os índios foram deslocados de suas terras e a Funai nada fez para preservá-los no local.” Em Rondônia, onde Carmen atua como antropóloga, na área dos índios suruis, a Funai não conseguiu retirar invasores e fez acordo com os índios para que recuassem 10 km. Na Bahia, os índios



TXUCARRAMÃES X FUNAI

O conflito entre os índios txucarramães e a Funai teve início em 1961, depois da criação do Parque Nacional do Xingu. Quem explica tudo é um documento da Associação Brasileira de Antropologia. O território dos txucarramães avançava mais para o norte, e eles foram impedidos de se estabelecer junto ao limite setentrional do parque, ao sul da cachoeira Von Martius. Durante o Governo Medici o Decreto 68.909/71 alterou os limites do Parque do Xingu, fixados originalmente pelo Decreto 63.082/68, "excluindo a porção mais fértil de suas terras ao norte (8.150 km²), em troca de uma pretensa compensação territorial ao sul e sudoeste". Estas terras, diz o documen-

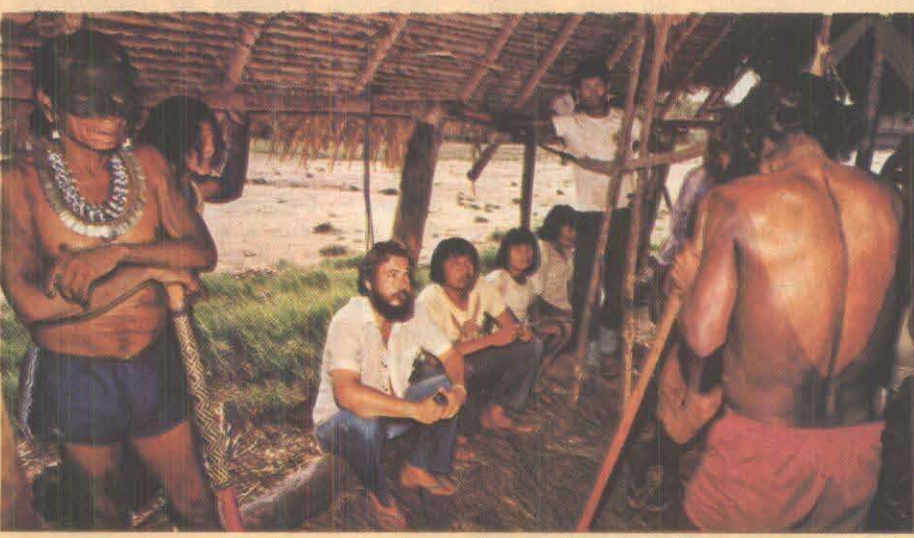
pataxós, que possuíam área de 36 mil hectares, acabaram perdendo as terras devido à invasão de fazendeiros e recorreram à Justiça para reaver seu território, "mas na mesa de negociação a Funai apresentou proposta de os pataxós ficarem com 1.080 hectares, abrindo mão de 35 mil hectares". "Todas as áreas indígenas no Brasil estão com graves problemas", diz a antropóloga Lux Vidal, da Universidade de São Paulo e vice-presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo. "O Parque do Xingu foi durante muito tempo o cartão postal da Funai, já que de certa forma o parque funcionou. Agora esse símbolo cai por terra, mostrando a insatisfação de todas as tribos com o órgão governamental. Há, no entanto, espalhados pelo país, conflitos muito mais graves. O Parque Yanomani, na Amazônia, ainda não foi criado e os índios estão esperando demarcação de suas terras há quatro anos. Milhares de garimpeiros estão na região. Os índios xokleng (Santa Catarina) e caingangues (Rio Grande do Sul) estão perdendo suas terras há vários anos por causa

da ação de madeiras que invadiram suas terras. Os uru-weu-wau-wau, de Roraima, que ainda não foram contatados pela Funai, já começam a perder parte de suas terras, invadidas por garimpeiros."

Ailton Krenak faz outra crítica: "A Funai é um órgão que dá emprego para 4 mil pessoas, tem orçamento de 16 milhões de cruzeiros, 80% dos quais destinados à administração e pagamento de funcionários e os 20% restantes para prestar assistência ao índio. A Funai inchou tanto que se parece com o corpo de uma pessoa que passou a funcionar em razão do seu pé".

Direitos reduzidos — Apesar da ameaça de conflitos que poderão explodir com violência superior ao da quele deflagrado pelos txucarramães, os poderes Executivo e Legislativo têm sido autores de projetos de lei, decretos e regulamentos que, segundo a advogada Eunice Paiva, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, "reduzem os direitos patrimoniais indígenas anteriormente assegurados pela Constituição

Federal". Alguns impedem o índio de "exercer pessoalmente direitos e assumir obrigações na vida civil". Outros decretos restringem a ação da Polícia Federal em sua tarefa de proteger as terras indígenas e reprimir conflitos. A advogada elaborou extenso documento no qual aponta uma série de projetos de lei "que atingem a capacidade juri-



Os txucarramães não estavam brincando no momento em que seqüestraram a balsa que fazia a travessia do rio Xingu na BR-080. Nem quando fizeram os reféns. Cansaram de aguardar as providências da Funai. E resolveram seu velho problema à força. O Governo teve que ceder. Outras tribos poderão tentar o mesmo método.

to, são qualitativamente inferiores às excluídas. O limite norte do parque passou a ser o traçado da BR-080. Quando a rodovia começou a ser aberta os irmãos Vilas-Boas exortaram os txucarramães a se transferirem para os novos limites do parque, ao sul da rodovia. Uma parte do grupo estabeleceu-se na aldeia Kretire, ao sul da estrada. Outra recusou a mudança, fun-

dando a aldeia Jarina. Em 1976 a população dessa aldeia, que deixou de receber a assistência da Funai, foi drasticamente reduzida por uma epidemia de sarampo. Desde a construção da estrada os índios pleiteavam a demarcação do limite excluído, numa extensão de 40 km de cada margem do rio Xingu, até que em 1980 o então presidente da Funai, Nobre da Veiga, firmou com-

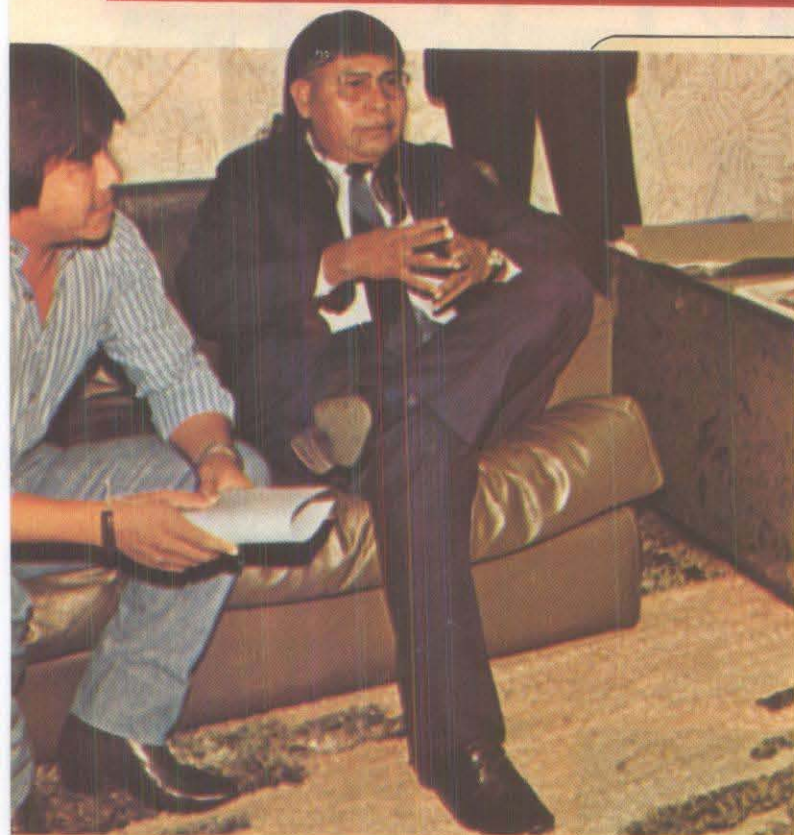
promisso por escrito com as lideranças indígenas, onde se dizia que "a Funai estudará a possibilidade de aumentar a área indígena Jarina, preservando uma faixa ao longo do rio Xingu, limite leste, objetivando resguardar a pesca". Quatro meses depois, outro documento, assinado de um lado por Nobre da Veiga, do outro por Raoni e Megaron, prometia "criar área de amortecimento, visando a evitar contato direto entre os índios e os fazendeiros da região". O documento prometia ainda que a "BR-080 teria seu traçado passando ao norte da atual reserva da Jarina, de forma a preservar a dita reserva de possíveis contatos com brancos". Estabelecia-se o prazo de um ano para a demarcação das terras e o deslocamento do traçado da BR-080 para o norte.

Como nada foi cumprido, os índios resolveram agir. E declararam a guerra. Que, felizmente, terminou bem.

dica dos índios". Ela começa analisando o projeto do novo Código Civil. No capítulo em que trata da personalidade e da capacidade das pessoas físicas, o artigo 3º declara que "os indígenas são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil". Para Eunice Paiva, o projeto altera injustamente o *status* do índio, "propon-

do que eles passem a ser absolutamente incapazes, enquanto o atual Código Civil os considera, desde 1917, "relativamente capazes". Nessa condição podem manifestar pessoalmente sua vontade, no que são "assistidos" pela Funai; podem praticar atos da vida civil e, mesmo sem a assistência do órgão tutelar, celebrar contratos que só serão

anulados se lhe forem lesivos. "Com a inovação proposta pelo novo Código Civil", explica a advogada, "exclui-se a eficácia jurídica da manifestação da vontade dos índios, enquanto o Estado, em vez de *assisti-los*, passará a *representá-los*. Isso significa que passa a ser desconsiderada a opinião dos índios, que terá de submeter-se à vontade



"O Governo pensa que índio é burro, que índio não pensa", disse Juruna. "Mas índio lutou até o fim pelos seus direitos." Para o deputado, o trabalho pelo seu povo é muito e tem que continuar.

de exclusiva do órgão tutor, que por sua vez não é submetido ao controle de nenhum curador."

Outro projeto, o de nº 2.465/83, de autoria do deputado João Batista Fagundes (PDS-RO), que tramita na Câmara Federal, propõe estabelecer a emancipação administrativa dos índios. Pelo Estatuto do Índio, a emancipação só poderá ocorrer por iniciativa do próprio índio, se preenchidas certas condições e por decisão judicial, ouvindo-se a Funai e o Ministério Público. Os indígenas emancipados — não há conhecimento de pedidos nesse sentido — investem-se de plena capacidade civil, perdem direito à tutela e assistência da Funai e são considerados plenamente integrados à sociedade. Perdem o status de índio e, segundo alguns juristas, também o direito à posse e usufruto das terras que habitam.

Tanto o projeto do Código Civil como o que prevê a emancipação são prejudiciais ao índio, segundo Eunice Paiva. A advogada analisa ainda o Decreto 88.118/83, promulgado pelo presidente da República, que retira da Fu-

A FALA DE JURUNA

VISÃO — *A saída do presidente da Funai resolve o problema do índio?*

Mário Juruna — Mudar o presidente já foi grande conquista. Mas nós queremos mesmo é modificar toda a Funai, fazendo com que o índio participe mais das decisões tomadas pela Fundação. Não queremos mais presidente que chame a polícia para impedir que os índios entrem na Funai. O ex-presidente da Funai coronel Nobre da Veiga plantou essa semente ruim e o presidente afastado agora, Otávio Ferreira Lima, por diversas vezes cercou a Fu-

naí com a polícia. Nós queremos uma Funai com menos funcionários em Brasília e mais gente preparada para assistir as comunidades indígenas nas aldeias. Os índios já estão preparados para cargos de chefia. O Parque do Xingu e o do Araguaia, por exemplo, devem ser dirigidos por índios.

VISÃO — *Como encara a questão da emancipação dos índios já integrados?*

Juruna — Esse negócio de emancipar o índio, na verdade, tem como objetivo liberar as terras ocupadas por essas comunidades para os grandes fazendeiros. Índio já é emancipado naturalmente. Ele vive livre em sua terra, onde planta, tem a sua cultura, que é diferente da do branco. Esse negócio de emancipação, na minha opinião, é piada e brincadeira. O que estão pretendendo com a emancipação? Trazer o índio para a cidade sem ter onde morar ou comer? O Brasil devia seguir o exemplo do Canadá, onde o índio sempre foi respeitado. Lá podem ser encontrados índios deputados, senadores e o Governo nunca quis forçar a emancipação de ninguém. O Brasil segue o exemplo dos Estados Unidos, que sempre tentaram tirar terras dos índios. Mas aqui vou lutar muito para ninguém emancipar o índio. Temos, sim, que conseguir mais dinheiro para a Funai demarcar as terras indígenas, impedindo invasões. Estou disposto até mesmo a procurar o ministro Delfim

Netto para pedir mais dinheiro para a Funai.

VISÃO — *Quais os principais problemas de terra nas áreas indígenas?*

Juruna — Muitas comunidades enfrentam problemas sérios de invasão de seus territórios pelo branco. A reserva dos índios waimiri-atreari de Roraima já foi cortada pela rodovia federal Manaus—Boa Vista, perdeu 516.700 hectares por determinação de um decreto do presidente da República para facilitar a exploração de minério pela empresa Paranapanema e suas subsidiárias, que ali instalaram o Projeto Pitanga. Os índios yanomanis, também de Roraima, enfrentaram sérias epidemias nos últimos anos e sofreram invasões por garimpeiros. A terra dos yanomanis deve ser demarcada logo e o parque indígena criado para abrigar os 10 mil índios que vivem espalhados pelo Território de Roraima e Estado do Amazonas. Precisam ser regularizadas também as terras dos índios bororós, de Mato Grosso; dos kaiapés, que vivem no Sul do Pará; dos gorotires, de Roraima; e dos pataxós, da Bahia.

VISÃO — *Como atua a Comissão do Índio em relação a esses problemas?*

Juruna — Geralmente os índios telefonam para mim a cobrar, ou, quando podem, vêm a Brasília para expor seus problemas. Procuo encaminhar os casos para a Funai, para o Ministério do Interior ou da Justiça. Na Câmara, como o primeiro índio deputado, tenho trabalhado para que os índios sejam mais ouvidos. Mas esse trabalho não pode ser isolado. O problema do índio não é apenas meu, ou da Funai, mas também dos governos estaduais e dos próprios brasileiros.

VISÃO — *Como o senhor vê a recente crise do Parque do Xingu, a vitória dos índios que conseguiram as terras e a demissão do presidente da Funai?*

Juruna — A vitória foi dos próprios índios que lutaram até o fim pelos seus direitos. O Governo pensa que índio é burro. O presidente da Funai não foi ao Xingu discutir o problema que os txucarramães vinham enfrentando há treze anos. Como disse o cacique Raoni, o índio não quer mais ser enrolado pelo branco. Se o novo presidente da Funai não atender às reivindicações do índio, também não ficará na presidência do órgão, que existe para assistir ao índio e não para dar emprego para esses funcionários que ficam em Brasília. Queremos a criação de um Conselho Indígena na Funai, que deverá ser ouvido sempre.



Preservar a sua cultura tem sido tarefa difícil para os índios brasileiros, sempre atormentados com problemas diversos

UMA CADEIRA QUE NÃO ESQUENTA

O novo presidente da Funai, Jurandy Marcos Fonseca — que assessorou o general Ismarth de Araújo, quando presidente da Funai durante o Governo Geisel —, é o quinto a ser nomeado para o cargo pelo presidente João Batista Figueiredo, de 1979 a 1984.

O primeiro presidente da Funai no Governo Figueiredo foi o engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, que permaneceu no cargo durante oito meses. Considerado um dos melhores presidentes do órgão, caiu por pressões dos fazendeiros de Mato Grosso, quando tentava demarcar terras para os índios nhambiquaras.

Para substituí-lo, foi nomeado o coronel João Carlos Nobre da Veiga, que também permaneceu por pouco tempo no cargo, de novembro de 1979 a outubro de 1981. Em 1980, o coronel demitiu 39 funcionários que organizavam uma entidade de classe. Também em 1980, seus assessores diretos (cerca de doze coronéis) convocaram a Polícia Militar de Brasília para cercar

o prédio da Funai quando 33 xavantes invadiram o gabinete do coronel Nobre da Veiga.

Com a saída de Nobre da Veiga, foi nomeado o coronel da Aeronáutica Paulo Leal, por ato assinado pelo vice-presidente, então no exercício da Presidência da República, Aureliano Chaves. Leal assumiu o cargo com uma vasta experiência dos problemas indígenas, pois trabalhava na terceira subchefia do Conselho de Segurança Nacional, especializada em tensões sociais e conflitos. O coronel permaneceu no cargo de outubro de 1981 a agosto de 1983, sendo substituído pelo engenheiro Otávio Ferreira Lima, que permaneceu na presidência por nove meses.

Otávio Ferreira Lima foi afastado da presidência da Funai a pedido do ministro Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários, que convenceu o ministro Mário Andreazza, do Interior, a aceitar a principal exigência dos índios txucarramães para soltar os reféns, feitos prisioneiros na aldeia Kretire, no Parque Indígena do Xingu: queriam a cabeça do presidente da Funai.

nal a competência da iniciativa e administração da demarcação de terras indígenas. “Pelo Estatuto do Índio”, diz a advogada, “o direito dos povos indígenas à terra é assegurado pela Funai e independerá de demarcação. O que determina a propriedade das terras é a posse imemorial dos indígenas, o seu direito ao habitat natural, considerado direito congênito dos primitivos habitantes da terra.”

Eunice Paiva lembra ainda a Constituição, que reza no seu artigo 198: “As terras habitadas pelos índios são inalienáveis, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

De resto, o que todos os antropólogos que trabalham nessa área querem — e o que os índios andam exigindo cada vez com maior força — é apenas que se cumpra a Constituição. Como nem sempre ela é respeitada, outras guerras poderão eclodir pelo país. E nem todas poderão terminar num simples puxão de orelha. □